

Educação e redução da pobreza



Benjamin Ribeiro da Silva
Presidente do Sieceesp

O Brasil vive um momento de expectativa e apreensão. De um lado, os números da economia deixam a desejar, trazendo preocupação e milhões de desempregados, principalmente entre as classes média e mais baixas da população; paralelamente a isso, temos o noticiário desanimador da imprensa diária com informações de corrupção, violência e outros constrangimentos que trazem à vida do brasileiro enorme insatisfação.

Somente encontraremos saídas para os nossos males por meio da educação, e um exemplo dessa afirmação são os inúmeros casos de sucesso experimentados por países que viveram dramas como o nosso e hoje estão à frente das pesquisas mundiais. Nas últimas viagens internacionais lideradas pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo (Sieceesp), entidade que dirijo, tivemos a oportunidade de constatar os avanços de países como Coreia do Sul, China, Singapura e Polônia, entre outros, mostrando que, com um plano de educação bem planejado, conseguiram sair de uma situação de estagnação para obter os primeiros lugares no ranking dos países com melhor desempenho educacional.

Coincidentemente, um novo estudo da UNESCO, lançado no último mês de junho, relaciona o aumento de escolarização à redução da pobreza. Com o título *Reduzindo a pobreza global através do ensino primário e secundário universal*, o documento afirma que, se todos os adultos tivessem acesso ao Ensino Médio, a pobreza mundial seria reduzida à metade. O rela-



tório da UNESCO mostra, também, que a educação vai ter efeitos na economia por uma série de razões, e uma delas é melhorar as competências das pessoas e a resiliência da população às mudanças climáticas e aos desastres naturais. Por último, o estudo mostra que as mulheres com nível mais alto de educação formal vão cuidar melhor de seus filhos e haverá diminuição de mortes por doenças contagiosas.

Nihan Koseleci, responsável pela pesquisa, explica que o acesso à escolarização é um problema a ser resolvido, mas há também a questão do conteúdo, que precisa ser mais inclusivo, para abraçar a diversidade. Aponta, inclusive, a urgência em se transformar a educação em um instrumento de inclusão.

Temos um longo caminho a percorrer, pois hoje o Brasil ocupa o 53º lugar em educação, entre os 65 países avaliados pelo *Programa Internacional de Avaliação de Estudantes* (Pisa). Mesmo com o incentivo à universalização do ensino, milhares de crianças e jovens ainda estão fora da escola.

Recentemente, o Brasil lançou, com muito alarde, por meio de medida provisória, a reestruturação e expansão do Ensino Médio, trazendo muita esperança aos jovens brasileiros; enquanto isso, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou que está financeiramente esgotado e não terá dinheiro para pagar bolsas e projetos a partir do mês de setembro, se seu orçamento não for desbloqueado pelo governo federal. Com isso, cerca de 90 mil bolsistas e 20 mil pesquisadores poderão ser prejudicados pela interrupção dos pagamentos. O CNPq é a principal agência de fomento à pesquisa do País e está vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

É preciso tratar a ciência e a educação pública brasileira com mais seriedade, com mais planejamento e menos casuismo político, pois trata-se do futuro de milhões de jovens brasileiros e do desenvolvimento do País. É um brado de alerta: a educação merece mais respeito! ■

benjamin@einstein24h.com.br